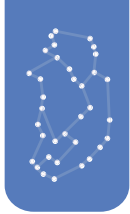


Plano de Ação da Agenda Urbana do Eixo Atlântico





Biblioteca dos Estudos Estratégicos



Plano de Ação da Agenda Urbana do Eixo Atlântico



Colección: Biblioteca de Estudos Estratégicos
Editor: *Eixo Atlántico do Noroeste Peninsular*

EDICIÓN: *Eixo Atlántico do Noroeste Peninsular*

MAQUETACIÓN: *María Alcañiz Lorenzo*

IMPRESA:

ISBN imprenta: 978-989-54410-5-1

ISBN dixital: 978-989-54410-6-8

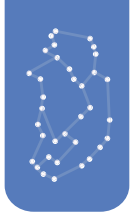
Depósito legal: VG 204-2019

Ano de publicación: 2019

DESCARGO DE RESPONSABILIDAD

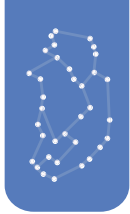
El proyecto EPICAH está cofinanciado por el Fondo Europeo de Desarrollo Regional, en el marco del programa INTERREG EUROPE. Los contenidos de esta publicación no reflejan la opinión oficial de la Comisión Europea y de la Autoridad de Gestión del programa INTERREG EUROPE.

El contenido de este documento es responsabilidad de los autores y todas las opiniones presentadas no representan, necesariamente, la postura oficial del programa INTERREG EUROPE.

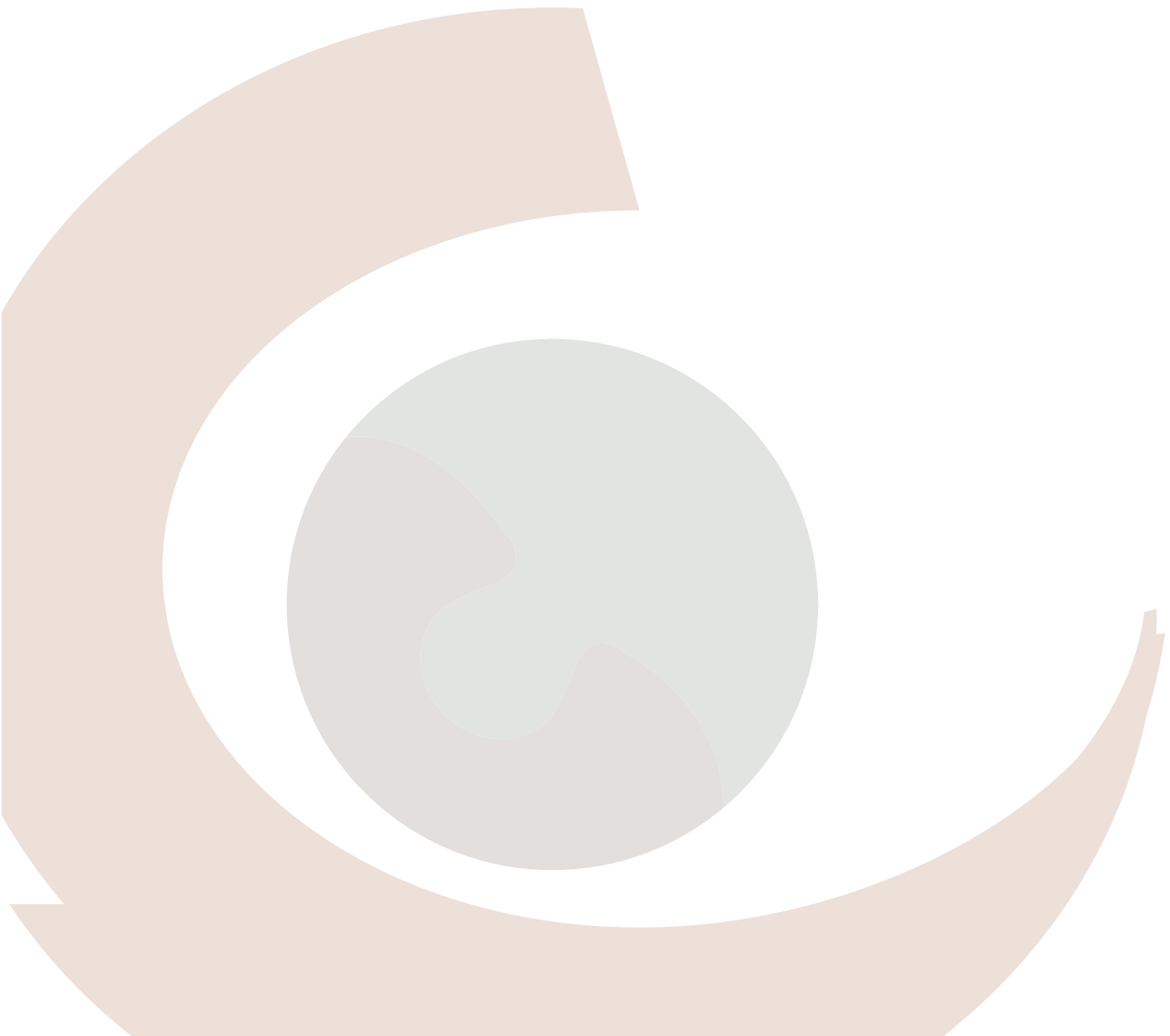


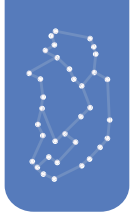
ÍNDICE

• INTRODUÇÃO.....	7
• PRIORIDADE ESTRATEGICA I: CONSTRUÍR A CIDADE DO FUTURO.....	13
• PRIORIDADE ESTRATÉGICA II: DESENVOLVER A ECONOMÍA E PROMOVER O EMPREGO. A EUROREGIÃO DO CONHECIMENTO E DA INOVAÇÃO.....	25
• PRIORIDADE ESTRATÉGICA III: PROMOVER A COESÃO TERRITORIAL E RESPONDER AO DESAFIO DEMOGRÁFICO.....	33
• PRIORIDADE ESTRATÉGICA IV: AFIRMAR O ESPAÇO EUROREGIONAL.....	41



INTRODUÇÃO





O plano de ação é concebido como um marco de referência dotada de instrumentos válidos para prosseguir os objetivos acordados. Tem por objetivo ser um documento indicativo para as autoridades públicas e a sociedade civil, depois de a Agenda Urbana ser objeto de aprovação pela assembleia geral do Eixo Atlântico, não sendo imperativo em qualquer caso. Esta abordagem pressupõe a implicação e envolvimento de todos os atores na sua elaboração, na sua gestão e no seu acompanhamento.

Tem por horizonte espacial o conjunto da Euro-região Galiza – Norte de Portugal e, nesta, o seu sistema urbano. Pretende ser um instrumento orientador para a aplicação de políticas públicas, nunca um receituário uniformador.

Sob os princípios da subsidiariedade e da autonomia local, a sua concretização é promovida através da cooperação reforçada entre as cidades que o decidam livremente. Nuns casos serão todas, noutros um grupo de entre elas, podendo ainda ocorrerem atividades a serem desenvolvidas isoladamente. Consequentemente, os resultados previstos para cada prioridade poderão ser dirigidos a toda a Euro-região, parciais, para um determinado grupo de cidades, ou individuais, para um único município.

O plano de ação é estruturado em quatro prioridades estratégicas configuradas para desenvolver os cinco eixos da Agenda Urbana. A partir das quatro prioridades o plano de ação é estruturado em linhas de intervenção que, por sua vez, prosseguem os seus resultados através de objetivos específicos coerentes, que deverão ser testados através de um reduzido número de projetos ou ações piloto. O plano tem uma vocação dinâmica e evolutiva para que se possa assim ir verificando o grau de implementação e de adequação das medidas e programas propostos e o seu desenvolvimento. Consequentemente, anualmente o Eixo Atlântico, através de um grupo de acompanhamento, promove a análise aprofundada e o acompanhamento de cada projeto, adotando as medidas que visem adaptar o plano de ação à realidade.

1. PRIORIDADES ESTRATÉGICAS

Tal como era já referido nos princípios inspiradores e nas referências transversais da Agenda Urbana, a essência desta fundamenta-se na articulação entre os seus eixos, enquanto mecanismo que permite otimizar os resultados e alcançar os objetivos pretendidos. Consequentemente, pretende-se evitar que as prioridades e as linhas de intervenção sejam perspetivados como compartimentos estanques, sem comunicação entre si.

Por isso, o plano de ação é estruturado em quatro prioridades estratégicas com um âmbito setorial multi-eixo.

- Construir a cidade do futuro.
- Desenvolver a economia e promover o emprego. A Euro-região do conhecimento e da inovação
- Promover a coesão territorial e responder ao desafio demográfico.
- Afirmar o espaço euroregional.

2. LINHAS DE INTERVENÇÃO

As linhas de intervenção são definidas para dar resposta ao enfoque anteriormente referido. Estas linhas de intervenção são retomadas da Agenda Urbana, embora com a necessária adaptação.

Não obstante, importa acomodar alguma margem para os contributos que venham a ser recebidos dos diversos atores envolvidos no processo. A título de exemplo, a prioridade Impulsionar a coesão territorial e responder ao desafio demográfico poderá ter as seguintes linhas de intervenção:

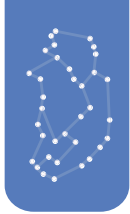
- Políticas demográficas ativas e de inclusão social.
- Economia azul e economia verde: o desenvolvimento urbano/rural e litoral/interior.
- Coesão territorial e mobilidade.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS DE CADA LINHA DE INTERVENÇÃO

Cada objetivo específico terá um último nível de concretização em medidas e programas, elaborados pela equipa redatora, recolhendo o contributo dos diferentes atores envolvidos no processo, a partir da presente versão preliminar submetida a consulta pública.

A formulação da medidas e programas será iniciada por um substantivo quando a sua execução for competência da administração local, e iniciada por um verbo quando for uma proposta da administração local e que deverá ser implementada por outras entidades. Por outro lado, as medidas e programas estarão hierarquizados em 3 níveis de acordo com o grau potencial de concretização:

- Medidas e programas emergentes: formuladas no plano de ação embora sem cidades mobilizadas em cada momento para a sua implementação;
- Medidas e programas intermédios: contando já com cidades mobilizadas para a sua implementação e dispondo de um ponto de situação da sua implementação nas cidades envolvidas;
- Medidas e programas consolidados: contém já definidos todos os parâmetros para a sua implementação definitiva, que se encontra em concretização
- Mentação definitiva, que se encontra em concretização.



Anualmente deverá ser realizado o acompanhamento da evolução das medidas e programas, sendo objeto de decisão a passagem para o nível seguinte de desenvolvimento.

Cada medida e programa deverá ter uma ficha que contenha os seguintes elementos de informação

- Uma breve descrição do objetivo;
- Atores implicados, identificando os atores que necessariamente deverão ser implicados para favorecer a concretização do objetivo. Entre eles: administração nacional ou regional, sociedade civil (agentes sociais empresariais e sindicais, associações, organizações profissionais, ONG, fundações, ...), universidades e centros de investigação, instituições da UE, Eixo Atlântico e outros;
- Os indicadores de realização que permitam avaliar o grau de realização;
- O financiamento, apresentado como orientador e indicativo;
- O município coordenador, não sendo indicado até que haja acordo quanto à cidade que vai exercer essa função;
- Os municípios associados, não sendo indicados até que haja acordo quanto à composição da parceria;
- O ponto de situação, não sendo indicado até que haja acordo quanto aos municípios coordenador e participantes, indicando o estado de desenvolvimento da medida;
- O custo estimado da medida ou programa, não sendo indicado até que passe para o nível de medidas e programas consolidados.

Na presente fase de elaboração do plano de ação, as medidas e programas não contém a ficha individual de descrição, que fará parte como anexo à versão consolidada do plano de ação.

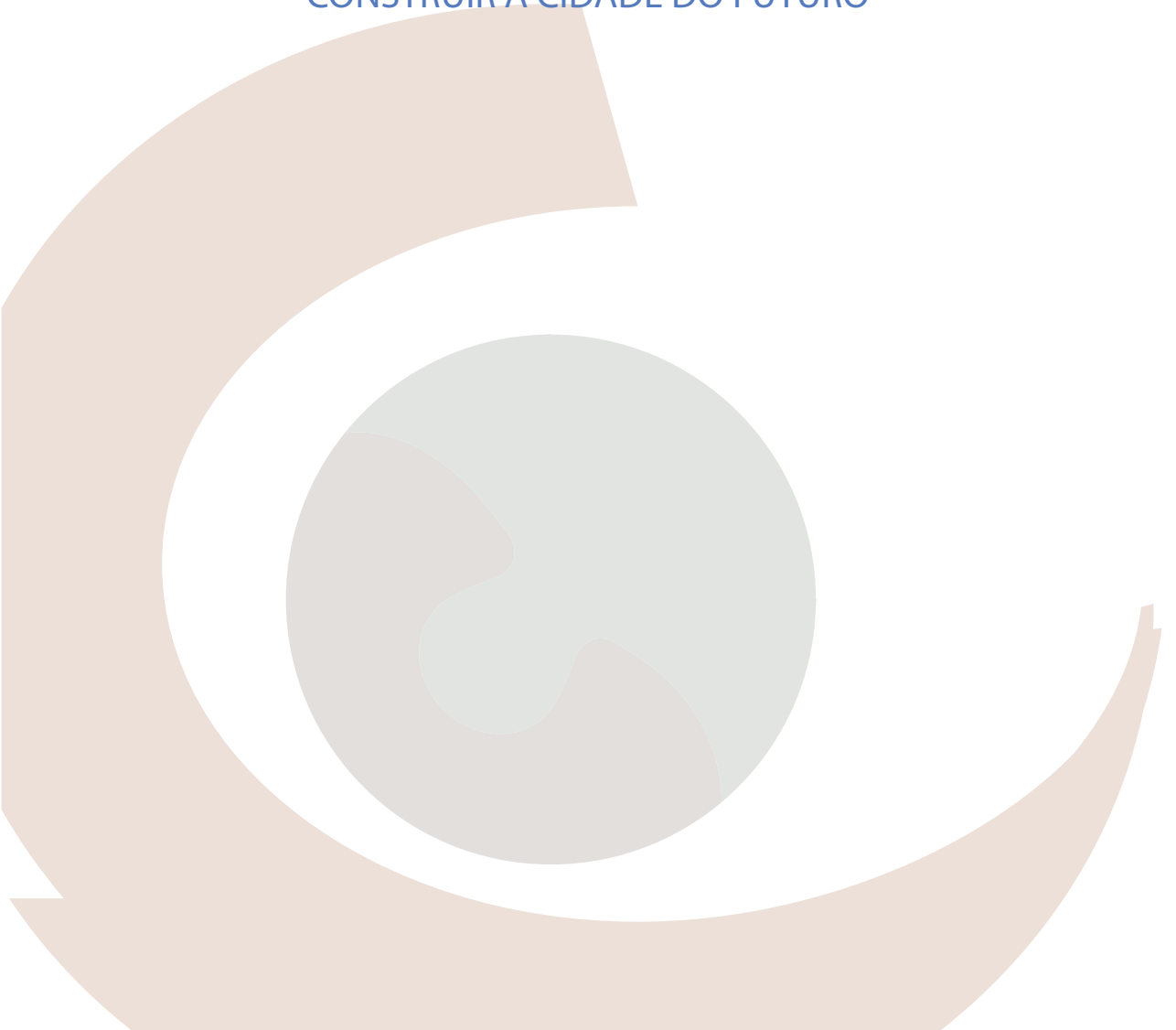
5. AÇÕES PILOTO

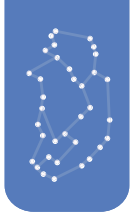
Uma das inovações mais relevantes da Agenda Urbana do Eixo Atlântico reside na operacionalização de um conjunto de ações piloto baseadas nos objetivos específicos e que vão permitir ir testando as medidas e programas propostos ao mesmo tempo que se vão incorporando no plano de ação. Além disso, servirão para testar a viabilidade e adequação da metodologia do plano de ação bem como a efetividade da sua monitorização e a flexibilidade para a sua adaptação.

Provisionalmente, serão desenvolvidos cinco ações piloto, monitorizadas pelo Eixo Atlântico enquanto garante da transferência de resultados ao conjunto do sistema urbano. Deverá haver uma cidade responsável por cada projeto piloto e uma ou várias cidades associadas. O número de membros participantes em cada ação piloto depende das cidades que voluntariamente decidam inscrever-se num ou em mais grupos de trabalho.



PRIORIDADE ESTRATEGICA I:
CONSTRUÍR A CIDADE DO FUTURO





Começar a construir a cidade do futuro passa por pensar num modelo integrado e transversal da cidade. Um modelo específico para cada cidade mas que partilhe princípios comuns às restantes cidades do sistema urbano do Eixo Atlântico. Um modelo consubstanciado no seu jeito de entender a cultura, de fomentar a coesão e a convivência social, de articular a integração, de enfrentar a acessibilidade global, de conceber o desenho urbano, de concertar políticas de desenvolvimento sustentável com um enfoque ecológico, de organizar a mobilidade interna. Passa também por melhorar a gestão da administração pública fazendo-a mais eficaz e mais eficiente. Passa por implementar um modelo de governação que altere a relação entre as autoridades e os cidadãos, para que estes se sintam corresponsáveis das políticas públicas que devem ser lideradas pelos cargos eletivos. Passa por dispor de serviços dinâmicos e flexíveis que respondam às necessidades dos cidadãos sem hipotecar financeiramente o seu futuro.

LEGENDA



- Medidas e programas inseridos na esfera das competências da administração local.
- Medidas e programas inseridos na esfera das competências partilhadas com outras áreas da administração pública ou que não se integram na esfera das competências da administração local.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL




- | | | | |
|---|---|---|---|
|  | 1. FIM DA POBREZA |  | 10. REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES |
|  | 2. FOME ZERO |  | 11. CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS |
|  | 3. SAÚDE E BEM ESTAR |  | 12. PRODUÇÃO E CONSUMO RESPONSÁVEIS |
|  | 4. EDUCAÇÃO COM QUALIDADE |  | 13. AÇÃO PELO CLIMA |
|  | 5. IGUALDADE DE GÉNERO |  | 14. VIDA SUBMARINA |
|  | 6. ÁGUA LIMPA E SANEAMENTO |  | 15. VIDA DOS ECOSISTEMAS TERRESTRES |
|  | 7. ENERGIA ACESSÍVEL E NÃO POLUENTE |  | 16. PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES SÓLIDAS |
|  | 8. TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO |  | 17. ALIANÇAS PARA CONCRETIZAR OBJETIVOS |
|  | 9. INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS | | |

1

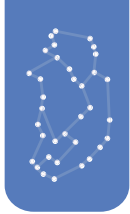
DESENHO
URBANO
INTELIGENTE
E INCLUSIVO**1.1 Construção de cidades inteligentes: criativas, empreendedoras, conscientes dos valores coletivos, organizadas, participativas, competitivas e tecnologicamente evoluídas.**

- 1.1.1 Promover a definição de uma estratégia de especialização inteligente nos municípios da Euro-região coerente com as estratégias já existentes.
- 1.1.2 Lançar um programa de formação e informação sobre **Smart Cities** dirigido aos técnicos municipais sobre os diferentes âmbitos da cidade inteligente. 
- 1.1.3 Conceção e implantação de modelos inteligentes de monitorização e gestão integrada dos sistemas urbanos, através de salas municipais de controlo que permitam melhorar a equidade, eficiência e fiabilidade. Preparar orientações técnicas comuns para a adaptação de edifícios públicos a Smart Buildings, incluindo orientações indicativas para o setor privado. 

1.2 Aposta num modelo de cidades ecológicas, que melhorem a saúde e o bem-estar dos cidadãos, com modelos de mobilidade de baixos níveis de emissão de gases de efeito de estufa, reduzindo o ruído e o volume de tráfego automóvel e a impermeabilização do solo, mediante a naturalização do ambiente urbano para assegurar um ciclo hidrológico mais eficaz, estimulando a criação de microclimas com melhor qualidade de água, do ar e do ambiente em geral, combatendo a emergência de ilhas de calor urbano.

- 1.2.1 Definir a **estratégia urbana de adaptação às alterações climáticas** ao nível da Euro-região. 
- 1.2.2 Adoção de medidas corretivas sobre o excesso de edificado disperso e da expansão em perímetros urbanos que facilitem uma maior densidade populacional nas modificações e na formulação de novos planos de ordenamento urbano municipal, articuladamente com planos de apoios à reabilitação dos centros históricos e de áreas urbanas edificadas nos anos 1930-1970, na perspetiva de uma valorização integrada do território. Inclusão de medidas preventivas contra os incêndios e de auto-proteção no interface urbano-florestal. 
- 1.2.3 Adoção ou revisão do **Plano de Mobilidade Urbana Sustentável** (PMUS), participado, dinâmico e transversal, que inclua a conceção e desenho de uma rede viária de mobilidade suave, a gestão inteligente da mobilidade pesada e a melhoria da eficiência energética dos transportes públicos. 





1

DESENHO URBANO INTELIGENTE E INCLUSIVO

■ **1.2.4** Tornar as cidades mais verdes e sustentáveis: criação de uma rede de corredores verdes e de espaços naturalizados; Instalação de lâminas de água e de elementos de água nos espaços públicos com a naturalização de linhas de água canalizadas e a regeneração de escurentes naturais; Campanha de plantação de árvores; Desenho de ecovias urbanas; Criação de percursos urbanos que estimulem a atividade física e a melhoria da saúde; Configuração das áreas verdes com tratamento da vegetação para diminuir o risco de propagação de incêndios florestais.



■ **1.2.5** Elaboração de planos municipais de sistemas e vias de evacuação em circunstâncias de desastres naturais orientados para as superfícies de contato (interfaces) entre o mundo rural e o urbano.



■ **1.2.6** Adoção de medidas para uma mobilidade mais amiga do bem-estar dos cidadãos: criação de zonas de tráfego calmo limitado a 30-50 km/h; criação de barreiras sonoras vegetais junto a pontos de emissão de ruídos; definição e execução de um mapa do calor urbano e das medidas de correção.



□ **1.2.7** Programa de reforço do equilíbrio ecológico e da sustentabilidade ambiental, económico-financeira e social dos subsistemas de infraestruturas urbanas (água, saneamento, energia, resíduos e mobilidade). Limitar a pressão urbana sobre os recursos hídricos.



1.3 Criação de cidades inclusivas para a cidadania, com um traçado que estimule uma vida saudável e a habitabilidade, melhorando a segurança física e jurídica do espaço público e a criação de estruturas de convivência social, com recurso a novas plataformas tecnológicas.



□ **1.3.1** Eliminação das barreiras arquitetónicas e mitigação de barreiras acústicas e visuais nos espaços públicos que dificultem a acessibilidade a pessoas com diferentes necessidades. Promoção da mobilidade vertical no espaço público e criação de rede de itinerários pedonais prioritários acessíveis. Criação de zonas verdes e de espaços de lazer que favoreçam a convivência social.



■ **1.3.2** Mapeamento das áreas degradadas do sistema urbano da Euro-região, incluindo as deficiências de acessibilidade, comunicação e de equipamentos e serviços públicos.



1

DESENHO URBANO INTELIGENTE E INCLUSIVO

■ **1.3.3** Programas de valorização de bairros degradados e de zonas urbanas vulneráveis. Distribuição dos novos serviços públicos, especialmente dos sanitários, desportivos e de educação, e também de novos espaços comerciais e das licenças de atividades especiais, enquanto elementos de revitalização e regeneração dos espaços urbanos. Utilização de patrimónios singulares, museus, campus universitários, edifícios administrativos, estádios e intervenções no ordenamento, como potenciadores da revitalização urbana.



■ **1.3.4** Promover os corações dos bairros como modelo de reabilitação de espaços de convívio e de atividade nos bairros das cidades, habilitando espaços municipais como *Local Factorys* especializados em setores a promover e que acolham iniciativas de empreendedorismo e de geração de atividades inovadoras a preços acessíveis.



■ **1.3.5** Criação da figura do **mediador comunitário** eleito pelos vizinhos para atuar, em princípio, em dois âmbitos: promover as relações pessoais para mitigar os problemas decorrentes da solidão e do isolamento social e para promover uma justiça de proximidade nos comportamentos anti-sociais, facilitando a desculpa e a reparação dos danos.



■ **1.3.6 Programa de valorização da multiculturalidade**, estimulando os seus valores na educação, nos meios de comunicação e na cultura. Programa de sensibilização sobre a igualdade de género com metodologia similar. Incremento da oferta cultural que incentive valores através de atividades atrativas para jovens.



■ **1.3.7** Patrocinar atividades escolares de educação para a convivência, identificando as atitudes antissociais vividas no próprio centro bem como os atos e atividades que possam afetar a integridade, dignidade e liberdade das alunas e propondo intervenções de melhoria, valorizando criticamente o realizado na ação anterior.

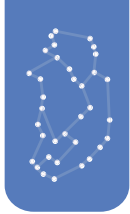


■ **1.3.8** Elaborar **planos de iluminação pública**, segundo critérios compatíveis com a estratégia Smart Cities e orientados para o incremento da segurança pública e a promoção de regras comuns para a reavaliação da segurança das infraestruturas públicas e do mobiliário urbano.



■ **1.3.9** Adotar um **plano estratégico municipal contra os abusos e agressões sexuais**. Programa de formação dos trabalhadores municipais na perspetiva de género e identificação e combate da violência de género.





1

DESENHO
URBANO
INTELIGENTE
E INCLUSIVO

- **1.3.10** Afetação específica de um membro da polícia local à função de responsável de bairro, em especial na detecção oportuna das situações de abandono de menores, ou de situações de vulnerabilidade, para coordenar medidas de apoio com os serviços sociais. Servirá também para a detecção precoce de possíveis casos de exploração de pessoas e de situações de vulnerabilidade e para promover o estabelecimento de canais de informação com o responsável de bairro sobre as atividades de possível corrupção para, através de uma investigação preliminar, dar lugar ou não a uma denúncia às autoridades competentes.
- **1.3.11** Promover a segurança e a inclusão nos acessos aos centros escolares mediante **itinerários escolares seguros**, incluindo a promoção de atividades colaborativas dos pais nas deslocações diárias. Apoio ao pequeno comércio de bairro enquanto dinamizador da convivência e da segurança. Prestação pelos serviços sociais de uma rede de apoio às vítimas de exploração que permita a denúncia da sua situação.



2

HABITAÇÃO

2.1 Promover o parque de habitação social municipal, cooperativo e privado, bem como a melhoria do parque habitacional existente.

- **2.1.1** Animar um **programa de apoio à construção de habitações sociais**, da iniciativa dos municípios e através de cooperativas.
- **2.1.2** Promover um **programa de apoio público à reabilitação de habitações** para uso próprio ou para aluguer e para a adequação ao uso por pessoas com necessidades específicas e pela população envelhecida.
- **2.1.3** Programa de **promoção do alojamento para estudantes**, incluindo um plano articulado entre os municípios e as universidades para o alojamento de estudantes e professores.



2.2 Implementar políticas públicas que facilitem o acesso a uma habitação condigna aos setores populacionais mais vulneráveis.

- **2.2.1** Adotar o **plano estratégico municipal de melhoria do acesso à habitação** pelos vários estratos populacionais .
- **2.2.2** Criação de consórcios, sociedades públicas ou de outra modalidade jurídica, que promovam a reabilitação de habitações nos centros históricos e em zonas urbanas degradadas.



2 HABITAÇÃO

- 2.2.3 Implementar o **programa reabilitar para arrendar**, com preferência para os setores sociais mais vulneráveis, incluindo as vítimas da violência de género.
- 2.2.4 Promover o **programa de apoio aos sem abrigo**.



3 ECONOMIA CIRCULAR DOS FLUXOS METABÓLICOS URBANOS

3.1 Promover as boas práticas na transição para uma economia circular que reduza os fluxos urbanos, valorizando os resíduos e melhorando a eficiência energética bem como o uso eficiente de materiais de construção obtidos por processos de reciclagem.

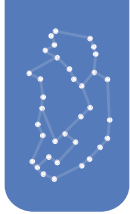
- 3.1.1 Promover o **plano estratégico municipal para a economia circular**.
- 3.1.2 Desenvolvimento de um **programa integrado de educação em ecologia e sustentabilidade urbana** para o conjunto da população, com especial enfoque na sustentabilidade territorial, nos fluxos metabólicos (água, resíduos, energia, biodiversidade e alterações climáticas).
- 3.1.3 **Programa de prevenção sobre a produção de resíduos urbanos** e implantação de sistemas de separação na origem dos resíduos destinados a reciclagem. Promover um plano de centros de reciclagem de materiais de construção e de outros resíduos específicos distribuídos no território da euroregião que estimule a iniciativa dos municípios.
- 3.1.4 Programa de promoção das redes de produção de materiais e de alimentos de proximidade e redução do desperdício de alimentos. Aplicação de práticas de aquisição pública sustentável, introduzindo critérios baseados na pegada de carbono, incentivando também a incorporação de materiais reciclados e de proximidade.



3.2 Promover o uso eficiente da água através de práticas que favoreçam o ciclo hidrológico, a redução de consumos e a melhoria da reutilização das águas pluviais e da reciclagem das águas residuais domésticas.

- 3.2.1 Mapeamento da eficiência dos sistemas de captação e abastecimento de águas com identificação das perdas. Boas práticas na redução das perdas nos ciclos urbanos da água. Melhoria da gestão hídrico-florestal nas bacias de retenção de águas.
- 3.2.2 Programa de formação em sustentabilidade população escolar que poderia começar pela poupança da água e o seu uso racional.
- 3.2.3 Programa de aproveitamento das águas pluviais e das águas residuais nas ETAR para uso urbano, criando por exemplo hortas urbanas preferencialmente para famílias vulneráveis.





3

ECONOMÍA CIRCULAR DOS FLUXOS METABÓLICOS URBANOS

3.3 Promover a criação de um mercado euroregional de energia, no contexto do MIBEL e em linha com o mercado europeu de energia.

- 3.3.1 Impulsionar a criação de uma comissão de energia da Euro-região para definir uma estratégia que permita criar o **mercado euroregional da energia**.
- 3.3.2 Inventário e difusão dos estímulos existentes nas Euro-região para a eficiência energética nos municípios e a auto-geração pelos municípios.



3.4 Difundir a compostagem dos materiais orgânicos, especialmente nas zonas periurbanas e nas habitações unifamiliares, incluindo instalações piloto nas zonas urbanas.

- 3.4.1 Programa de recolha de resíduos orgânicos para compostagem nas zonas urbanas. Programa de compostadores nas escolas e noutros edifícios públicos, nas zonas periurbanas e rurais.



4

FAVORECER A GOVERNAÇÃO DEMOCRÁTICA, A TRANSPARÊNCIA E A EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

4.1 Promover a identificação de objetivos comuns que estimulem a articulação das forças sociais.

- 4.1.1 Promover a **carta dos serviços** da administração local e a sua divulgação no portal municipal.
- 4.1.2 Promover a criação de **conselhos económico-sociais municipais** com uma ampla representação da sociedade civil e que respeitem o princípio da participação equilibrada numa perspetiva de género.
- 4.1.3 Introdução de cláusulas sociais de igualdade de género nos procedimentos de contratação pública, na concessão de apoios e no estabelecimento de convénios. Estimular a autorregulação dos setores sociais mais desfavorecidos e o fortalecimento da representatividade das entidades que assumam interesses mais genéricos.



4.2 Promover uma administração local mais participada e gerida segundo critérios de transparência e qualidade, recorrendo a soluções TIC que favoreçam o acesso dos cidadãos.

- 4.2.1 Promover a criação do portal da transparência "**Cidade Aberta**": motivação das decisões mais importantes adotadas pelas autoridades públicas, cv, declaração de interesses e de bens e rendimentos dos cargos eletivos e de seus assessores; demografia; urbanismo e licenças de obras requeridas; sistema de informação geográfica; orçamentos; organigrama municipal; endereços; mobilidade e meio ambiente, etc.



4

FAVORECER A GOVERNAÇÃO DEMOCRÁTICA, A TRANSPARÊNCIA E A EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

- 4.2.2 Promover a criação da figura do **responsável de bairro** e a eleição democrática de um vizinho . Promover a reforma do sistema eleitoral para estimular a participação dos cidadãos na gestão local.
- 4.2.3 Organizar a semana escolar "o governo da minha cidade" e a iniciativa "Imaginacidae" através do portal municipal para recolha de ideias sobre o planeamento urbano e alternativas para o acesso aos serviços urbanos.



4.3 Modernizar o funcionamento da administração local através de um modelo mais flexível, próximo e participativo.

- 4.3.1 Promoção da administração aberta, através da implantação de práticas da administração digital que potenciem a cultura da internet no município e na população. Alargamento dos serviços públicos on line. Promover o uso de códigos abertos, de software livre e o acesso gratuito a dados.
- 4.3.2 Criação do "**gabinete do munícipe**" como boa prática nos municípios da Euro-região.
- 4.3.3 Programa de formação permanente dos funcionários públicos. Generalização da gestão por objetivos e da organização por projetos na gestão municipal.
- 4.3.4 Implantar a avaliação dos programas municipais, inquéritos on line de satisfação dos serviços, com publicação dos resultados e a elaboração periódica de relatório da sustentabilidade.
- 4.3.5 Promover o planeamento da instalação dos serviços (**plano de sedes**) com o objetivo de reduzir os espaços administrativos, racionalizar serviços municipais e otimizar o património municipal e os encargos com os serviços.



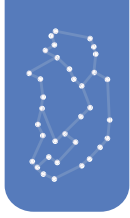
5

ASSEGURAR A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA LOCAL

5.1 Promover um modelo de financiamento da administração local simplificado, reforçado e que favoreça a sua gestão e transparência.

- 5.1.1 Criação do "**gabinete de projetos**" no âmbito municipal para a captação de financiamentos externos nos vários âmbitos de atuação.
- 5.1.2 Promover a definição de mecanismos de coesão para os municípios do interior e de baixa densidade, estabelecendo critérios que promovam o equilíbrio do território.

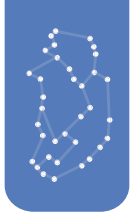




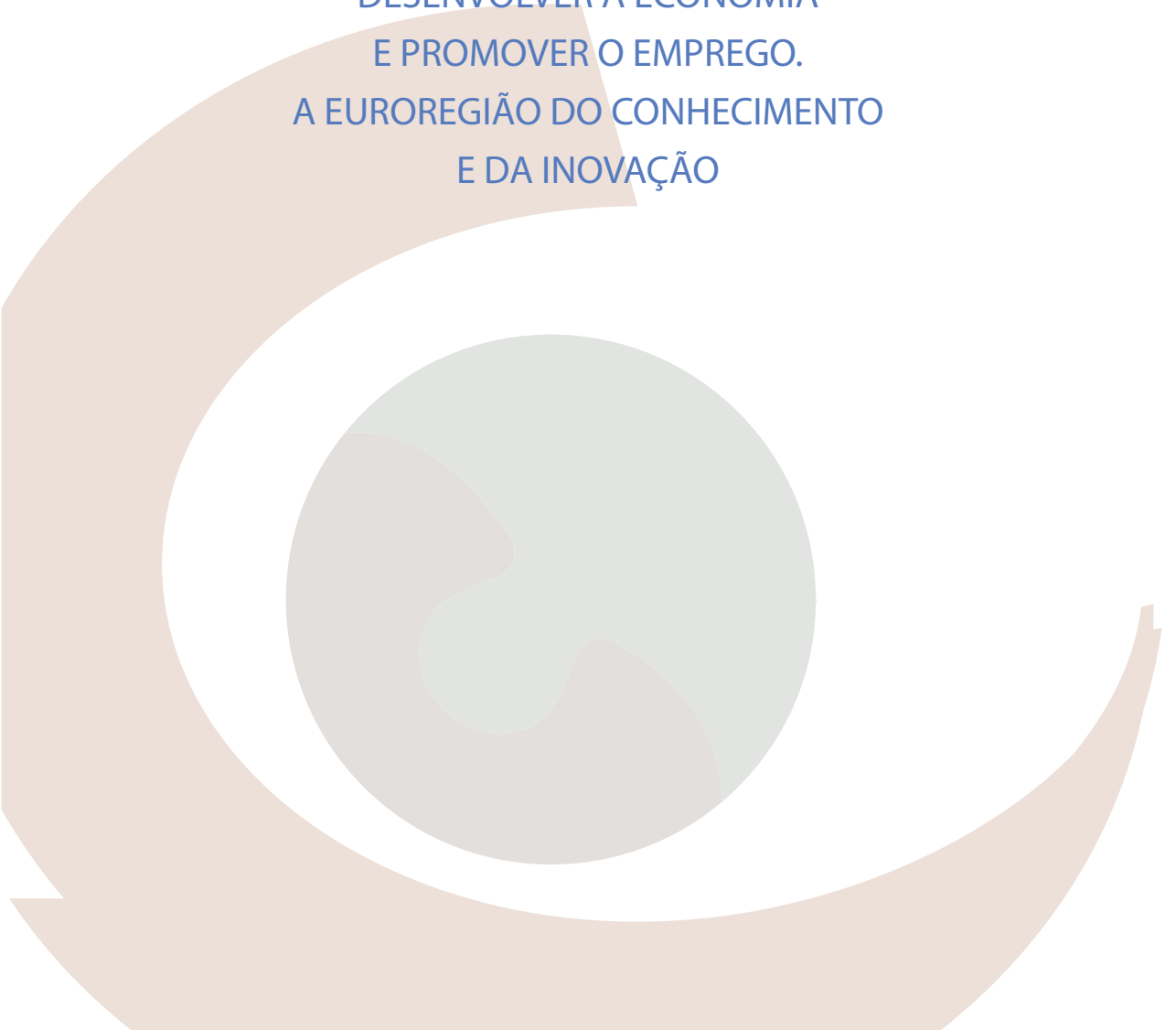
5
ASSEGURAR
A SUSTENTABILIDADE
FINANCEIRA
LOCAL

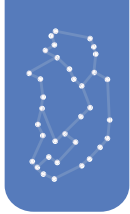
- 5.1.3 Informação periódica sobre o processo de elaboração dos orçamentos municipais na web, abrindo consultas públicas sobre o investimento com recursos próprios. Informação de gestão e execução dos orçamentos na web. Promoção de orçamentos participativos (uma percentagem do orçamento municipal e uma abordagem temática).
- 5.1.4 Promover um "programa de compras públicas em plataformas eletrónicas" de forma associada ao nível intermunicipal..
- 5.1.5 Estudar e difundir cláusulas a introduzir nos cadernos de encargos das compras públicas municipais que, no respeito das regras da concorrência e dos mercados públicos, promovam as aquisições de bens e serviços a agentes locais e o consumo de produtos da Euro-região.





PRIORIDADE ESTRATÉGICA II:
DESENVOLVER A ECONOMÍA
E PROMOVER O EMPREGO.
A EUROREGIÃO DO CONHECIMENTO
E DA INOVAÇÃO





As atividades do plano de ação devem estar orientadas para o desenvolvimento económico que gera emprego estável, sustentável e de qualidade. Este conceito é percecionado num sentido amplo, incluindo aspetos de políticas industriais, infraestruturas, serviços, tecnologia ou inovação. A Euro-região tem na cultura umas das suas maiores potencialidades de crescimento e de geração de emprego. Consolidar a cultura e a economia do conhecimento requer um maior aproveitamento do potencial da universidade e dos centros de investigação como fatores chave do desenvolvimento económico, nomeadamente através da inovação. O crescimento inteligente, sustentável e inclusivo deve assentar necessariamente na valorização da economia local e no seu posicionamento estratégico na economia global através duma especialização inteligente que garanta um desenvolvimento ecológico com elevado valor acrescentado e que precisa de garantia de uma mobilidade externa e interna que se converta num dos fatores de competitividade. Crescer a partir dos recursos naturais endógenos e da sua exploração sustentável requiere uma aposta decidida na economia circular e nas possibilidades de emprego que pode gerar. As autoridades locais devem liderar a coordenação e o estabelecimento de alianças com os agentes de desenvolvimento local.

LEGENDA

- Medidas e programas inseridos na esfera das competências da administração local.
- Medidas e programas inseridos na esfera das competências partilhadas com outras áreas da administração pública ou que não se integram na esfera das competências da administração local.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



1. FIM DA POBREZA



2. FOME ZERO



3. SAÚDE E BEM ESTAR



4. EDUCAÇÃO COM QUALIDADE



5. IGUALDADE DE GÉNERO



6. ÁGUA LIMPA E SANEAMENTO



7. ENERGIA ACESSÍVEL E NÃO POLUENTE



8. TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO



9. INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS



10. REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES



11. CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS



12. PROCUÇÃO E CONSUMO RESPONSÁVEIS



13. AÇÃO PELO CLIMA



14. VIDA SUBMARINA



15. VIDA DOS ECOSISTEMAS TERRESTRES



16. PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES SÓLIDAS





17. ALIANÇAS PARA CONCRETIZAR OBJETIVOS




1

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E QUALIFICAÇÃO PARA O EMPREGO






1.1 Promover a imagem das cidades universitárias e a capacidade da Euro-região para atrair e fixar talentos.

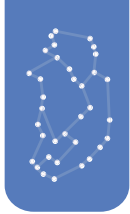
- ▣ 1.1.1 Promover a melhoria sustentável do posicionamento das universidades da Euro-região nos rankings internacionais de qualidade, designadamente no ARWU. 
- ▣ 1.1.2 Promover a instalação de centros escolares com a docência de uma língua estrangeira, preferencialmente o inglês, e de centros linguísticos de inglês, chinês ou francês. 

1.2 Promover o empreendedorismo e a iniciativa empresarial desde o sistema educativo, reduzindo os custos administrativos de contexto.

- ▣ 1.2.1 Programa escolar de práticas profissionais de curta duração nas empresas e atividades no município. Convénio para a criação de títulos próprios desenhados entre a universidade, os centros escolares, a administração local e os agentes sociais implicados no desenvolvimento urbano, com especial atenção à formação profissional. 

- ▣ 1.2.2 Promover um programa de cooperação transfronteiriça "Erasmus euro-regional" que favoreça a inserção de jovens licenciados no mercado de trabalho através da realização de estágios remunerados nos municípios e em entidades da iniciativa municipal 
- ▣ 1.2.3 Generalização da e-administração e do balcão único empresarial.

1.3 Estimular a articulación cos axentes económicos e sociais para identificar as potencialidades de emprego digno e a mellora da empregabilidade, especialmente entre a mocidade e as mulleres que precisen incorporarse ao mercado laboral.

- 1.3.1 Lançar o Portal municipal e euroregional do emprego: CV Europa-Pass e espaço de oferta de emprego que permita a transmissão on line. 


- 1.3.2 Promover a avaliação regular dos sistemas educativos obrigatórios para eliminar fatores de exclusão social e a geração de pobreza e incrementar fatores de promoção e da empregabilidade dos setores sociais mais vulneráveis. 




1

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E QUALIFICAÇÃO PARA O EMPREGO

1.4 Aprofundar a colaboração entre as universidades e os municípios nas iniciativas de desenvolvimento territorial e urbano, visando a melhoria da empregabilidade e a transferência de conhecimentos para as empresas.

□ 1.4.1 Promover um plano euroregional de IDI acordado entre as administrações públicas, as empresas e as universidades.



■ 1.4.2 Promover a imagem da **rede de parques de ciência e tecnologia da Euro-região.**



■ 1.4.3 Sistematizar a **rede de incubadoras de base tecnológica da Euro-região** e das empresas criadas por processos de spin off e promover a sua imagem coletiva

2

INOVAÇÃO E TRANSIÇÃO DIGITAL

2.1 Valorizar os conceitos de cidade da inovação e de City Lab, promovendo a criação de uma rede de polos de inovação e de criatividade na Euro-região.

□ 2.1.1 Promover a identificação da **rede de polos de inovação tecnológica e criatividade da Euro-região**, favorecendo a sua complementaridade.



■ 2.1.2 Atualização e implantação efetiva da **Agenda Digital** em todos os municípios da Euro-região.

□ 2.1.3 Impulsionar a cátedra de cidades para o fomento do valor das cidades e aquisição de conhecimento. Prémio euroregional de inovação tecnológica e de melhor prática de inovação nos serviços municipais.



■ 2.1.4 APP de realidade virtual sobre o património cultural e natural das cidades da Euro-região.

2.2 Valorizar as industrias culturais criativas como um cluster competitivo e gerador de emprego e de crescimento, apostando em novas políticas públicas de educação e de cultura.



■ 2.2.1 Oferta de locais municipais e de residências em bairros para artistas locais. Programas municipais para a criatividade dirigidos a escolas



2.3 Promover a inovação tecnológica, organizativa e criativa e a sua transferência, apostando numa nova economia assente na indústria 4.0, na transição energética, na economia circular e na recuperação de parques empresariais degradados.






■ 2.3.1 Constituição do conselho municipal de digitalização e desenho.



2


INOVAÇÃO
E TRANSIÇÃO
DIGITAL

- 2.3.2 Fomentar o interesse dos jovens pela ciência e tecnologia, incluindo o contato com jovens investigadores universitários da Euro-região, a partir do ensino secundário. 
- 2.3.3 Promover o **plano de recuperação dos parques empresariais degradados** da Euro-região para a nova economia e a indústria 4.0. 
- 2.3.4 Fomento da inovação tecnológica no tratamento e reciclagem de resíduos sólidos urbanos e de efluentes urbanos, como banco de ensaios a estender a outros setores. 




3

TURISMO


3.1 Perspetivar o turismo como uma política transversal a diversas áreas de intervenção municipal.

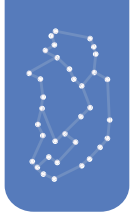
- 3.1.1 Lançar programas municipais para a cidade dos aromas, dos sons, das cores e dos sabores. 
- 3.1.2 Implementar o **plano estratégico municipal de turismo** que acolha o equilíbrio entre a rotina das cidades e os fluxos de visitantes com especial atenção nas habitações para utilização turística.

3.2 Promover a coesão territorial através do turismo, valorizando o potencial económico da economia local, facilitando o acesso aos produtos e serviços do território.

- 3.2.1 Promover **novos pólos de desenvolvimento turístico sustentável** (turismo de negócios, termalismo, enologia, património natural, cultural e marítimo) que permitam dinamizar e diversificar a oferta turística e complementar os pólos turísticos de Santiago de Compostela e do Porto, a partir deles. Projecto de cooperação transfronteiriça no domínio de todas as actividades turísticas da Euro-região. 
- 3.2.2 Lançar um programa de cooperação transfronteiriça no âmbito das actividades turísticas da Euro-região. 
- 3.2.3 Criação de centros comerciais abertos nos centros históricos e em zonas comerciais, com serviços partilhados de apoio ao cliente. Criação de ecomuseus interativos que permitam incrementar a participação do visitante em actividades agrícolas, florestais, artesanais, culturais, desportivas e recreativas. Reabilitação dos mercados tradicionais. 

3.3 Valorizar o potencial turístico do sistema urbano da Euro-região, promovendo produtos turísticos comuns que realcem os valores e saberes locais, tradicionais e identitários.




- 3.3.1 Consolidar, atualizar e modernizar as identidades da Euro-região tendo em conta o perfil global do território. 





4

ENERGIA:
SUFICIÊNCIA
E TRANSIÇÃO



4.1 Promover o recurso a fontes de energia renováveis, incluindo a biomassa pelos impactos na criação de emprego e na sustentabilidade dos territórios do interior

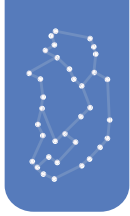
- 4.1.1 Lançar o **plano de eficiência energética municipal** que inclua a melhoria da eficiência energética do edificado, dos transportes públicos e privados e a autoprodução de energia a partir de fontes renováveis. 
- 4.1.2 Instalação de centrais de biomassa nas zonas rurais. Instalação de compostadores nos jardins públicos. 
- 4.1.3 Facilitar o uso de veículos elétricos, exemplificando com as frotas municipais. Introduzir a utilização de GNL para a produção de calor industrial e doméstico e veículos movidos com GNL nas frotas municipais. Instalação nos portos da Euro-região de pontos de abastecimento de GNL para pequenas embarcações de pesca e desporto. 

4.2 Promover um modelo energético mais eficiente e sustentável, estimulando a inovação tecnológica e a redução de consumos nas empresas, nos serviços e na habitação.

- 4.2.1 Preparar o **plano de eficiência energética e de iluminação** nos edifícios municipais e de outras administrações públicas, em linha com o objetivo de redução de 3% da UE. 
- 4.2.2 Promover a instalação de contadores digitais de consumo de eletricidade. APP para a gestão dos consumos domésticos de eletricidade. 
- 4.2.3 Promover a análise comparada das modalidades de apoio público à melhoria da eficiência energética da habitação e formulação de uma proposta comum para a Euro-região. Promover uma campanha de eficiência energética nas PME com apoio de empresas de serviços energéticos (ESCO).

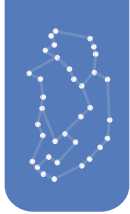
4.3 Melhorar a eficiência energética através do recurso a TIC e da cogeração de alta eficiência nas grandes infraestruturas públicas.

- 4.3.1 Implantação do pacto dos presidentes, da carta de Aalborg e das suas atualizações. Campanha de sensibilização sobre a eficiência energética e a difusão da rotulagem energética obrigatória nos equipamentos elétricos. Promover a certificação energética do edificado. 




PRIORIDADE ESTRATÉGICA III:
PROMOVER A COESÃO TERRITORIAL
E RESPONDER AO DESAFIO DEMOGRÁFICO





Aumentar os segmentos mais novos da população é uma necessidade absoluta para o equilíbrio da Euro-região. As atividades do plano de ação devem contemplar mecanismos que possibilitem um saldo migratório positivo a curto-médio prazo e um saldo vegetativo positivo a médio-longo prazo. Deve consolidar-se o carácter policêntrico do sistema urbano, capaz de facilitar a capilaridade e a transferência com áreas urbanas mais densas que incorporem um planeamento inclusivo do espaço periurbano e rural que o circunda. Ao mesmo tempo, importa recuperar a retenção e atração de talento para o que importa dotar a Euro-região de qualidade de vida aproveitando os padrões saudáveis emanados do território, considerando a paisagem como um dos seus principais ativos. Mitigar o desfaseamento litoral – interior pressupõe criar um ambiente de competitividade e investimento empresarial no eixo interior da Euro-região, através do emprego inteligente de instrumentos como a transferência de inovação e de tecnologia e a manutenção atrativa de serviços no interior.

LEGENDA

- Medidas e programas inseridos na esfera das competências da administração local.
- Medidas e programas inseridos na esfera das competências partilhadas com outras áreas da administração pública ou que não se integram na esfera das competências da administração local.



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- | | | | |
|---|---|---|---|
|  | 1. FIM DA POBREZA |  | 10. REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES |
|  | 2. FOME ZERO |  | 11. CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS |
|  | 3. SAÚDE E BEM ESTAR |  | 12. PRODUÇÃO E CONSUMO RESPONSÁVEIS |
|  | 4. EDUCAÇÃO COM QUALIDADE |  | 13. AÇÃO PELO CLIMA |
|  | 5. IGUALDADE DE GÉNERO |  | 14. VIDA SUBMARINA |
|  | 6. ÁGUA LIMPA E SANEAMENTO |  | 15. VIDA DOS ECOSISTEMAS TERRESTRES |
|  | 7. ENERGIA ACESSÍVEL E NÃO POLUENTE |  | 16. PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES SÓLIDAS |
|  | 8. TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO |  | 17. ALIANÇAS PARA CONCRETIZAR OBJETIVOS |
|  | 9. INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS | | |







1

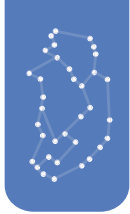
POLÍTICAS DEMOGRÁFICAS ATIVAS E DE INCLUSÃO SOCIAL

1.1 Encontrar respostas ao desafio demográfico através de políticas inovadoras de médio e longo prazo, de políticas de integração da imigração e de políticas orientadas para a conciliação familiar.

- 1.1.1 Definir uma **estratégia euro-regional para fazer face ao despovoamento e envelhecimento da população**. Aprovação de planos municipais com as medidas de aplicação da estratégia. 
- 1.1.2 Promover a prestação de serviços municipais, culturais, desportivos e educativos gratuitos para famílias com um número de filhos a fixar por cada município. Bilhetes de transporte a preços reduzidos para famílias com um número de filhos a fixar por cada município. 
- 1.1.3 Promover o parque público de habitação para alugar a famílias jovens com filhos. Estimular um programa "**Os filhos, o melhor investimento**".
- 1.1.4 Plano municipal de integração de imigrantes para os perspectivar como uma vantagem da Euro-região, com especial interesse na mitigação da desertificação demográfica do meio rural.

1.2 Promover o envelhecimento ativo e a inclusão social dos setores vulneráveis.




- 1.2.1 Apoio e aconselhamento aos vizinhos que necessitem de aceder à justiça e se encontrem com dificuldades económicas. 
- 1.2.2 Promover o **plano estratégico municipal para melhorar os cuidados com a terceira idade**, as prestações de apoio domiciliário e a promoção da igualdade da mulher, incluindo a quantificação dos recursos humanos e materiais necessários. Promover a adoção de planos integrados de tratamento da saúde mental, iniciados no âmbito laboral público. 

- 1.2.3 Promover o aproveitamento dos excedentes alimentares através de grupos e de associações comunitárias, assegurando o fornecimento seguro de alimentos aos necessitados. 
- 1.2.4 Promover o envelhecimento ativo, através do programa de voluntariado para a terceira idade "**Todavia somos úteis**". Programa de alfabetização digital da terceira idade. Programa de redes de espaços públicos para jogos tradicionais destinados à terceira idade. 

- 1.2.5 Promover um **programa municipal de atenção à dependência**, incluindo o acesso mais fácil à telemedicina e o combate à solidão e à depressão numa perspetiva de saúde pública.





2

ECONOMIA AZUL E ECONOMIA VERDE: O DESENVOLVIMENTO URBANO/ RURAL E DO LITORAL/ INTERIOR


2.1 Promover o cluster do mar, integrando as infraestruturas existentes e favorecendo a partilha do conhecimento emanado dos centros de investigação da Euro-região.

- 2.1.1 Criação nos municípios costeiros da Euro-região de um conselho/vereador responsável pelos temas da economia azul e do seu impacto na coesão territorial. 
- 2.1.2 Impulsionar uma cátedra e os estudos relacionados com a economia azul nas universidades da Euro-região. 
- 2.1.3 Definição da estratégia "Eixo Atlântico, um mar interior" que favoreça a coesão do território e apoie os territórios do interior a partir da economia azul, com especial atenção nos cursos de água fluviais e na aquacultura. 
- 2.1.4 Criação de um sub-portal da economia azul no portal do Eixo Atlântico.

2.2 Defender a sustentabilidade da biodiversidade marinha, conferindo especial atenção à contaminação dos mares com resíduos de plástico, com enfoque na economia circular.

- 2.2.1 Campanha de sensibilização e de recolha de resíduos especialmente de plástico nas praias e no mar, nos rios e nas ribeiras. 
- 2.2.2 Programa de educação e sensibilização da população escolar sobre a biodiversidade marinha e fluvial e os riscos de contaminação ambiental. 






2.3 Defender e valorizar os produtos agrícolas e os modos de produção tradicionais e a sua imagem junto do consumidor urbano, apresentando-os com a identidade da Euro-região.

- 2.3.1 Promover o inventário do **património euroregional de produtos endógenos** que possam ser qualificados como DOP, IGP, ETG e promover a realização dos respetivos processos. 
- 2.3.2 Campanha de promoção e **divulgação dos produtos endógenos qualificados** e incorporação da sua imagem na promoção turística dos territórios da Euro-região.

2

ECONOMIA AZUL E ECONOMIA VERDE: O DESENVOLVIMENTO URBANO/ RURAL E DO LITORAL/ INTERIOR






2.4 Valorizar e modernizar os modos de produção tradicionais, o acesso aos mercados e a promoção do consumo nas cidades, revitalizando o ambiente rural como um ativo económico.

- 2.4.1 Criação de **mercados de excelência para os produtores locais**, com destaque para produtos endógenos qualificados da Euro-região. 
- 2.4.2 Protocolo de colaboração com os setores da restauração e da distribuição para a divulgação dos produtos endógenos qualificados da Euro-região. Criação de redes entre produtores e restaurantes segundo o critério Km 0. 
- 2.4.3 Promover a reorganização do uso e da propriedade agro-florestal e a criação de agentes económicos que assegurem uma exploração sustentável e rentável. Reavaliar as políticas passivas contra incêndios. Estabelecer a cooperação com as **Comunidades Vecinales de Montes en Mano Comun/Baldios**.  
- 2.4.4 Lançar o **programa de valorização e de divulgação do comércio tradicional**, das lojas com valor histórico e das artes e dos ofícios manuais na rede de cidades da Euro-região. 
- 2.4.5 Promover programas públicos de compra e de reabilitação de casas abandonadas em núcleos rurais, associados a planos de dinamização económica e de instalação de novos agregados urbanos e de emigrantes

3

COESÃO TERRITORIAL E MOBILIDADE




3.1 Valorizar os territórios rurais, constituindo um ecossistema social integrado através da notoriedade da agricultura familiar, da conceção de novos modelos de valorização económica dos produtos endógenos, da sua identidade e da sua imagem e da pluriatividade das famílias rurais.

- 3.1.1 Constituição de um **pacto local para a produção e consumo**, integrando as cooperativas e as associações de produtores, as instituições públicas e as entidades da economia social.  
- 3.1.2 Criação de uma **rede de mercados locais de produtos tradicionais**, com afirmação da sua imagem e garantia de autenticidade e com um portal de divulgação do calendário e dos produtores. Introdução de ações de animação urbana no âmbito da promoção e dinamização do comércio tradicional de rua.   
- 3.1.3 Lançar o programa "**Aldeias Ativas**" para estimular os produtos endógenos e as atividades de lazer associadas, com um bom aconselhamento de extensão rural. Introdução de ações de animação urbana no âmbito da promoção e dinamização do comércio tradicional de rua.



3

COESÃO TERRITORIAL E MOBILIDADE


3.2 Promover a aprovação de planos de mobilidade euroregional sustentável, apostando nos transportes coletivos e na articulação com as redes de equipamentos e serviços existentes.

- **3.2.1** Conceber um sistema urbano da Euro-região de proximidade, baseado numa rede de cidades de pequena e média dimensão, policêntrica e complementar, estimulando a cooperação e solidariedade entre municípios e diminuindo as assimetrias regionais. 
- **3.2.2** Organizar a **rede de transportes públicos da Euro-região**, favorecendo a intermodalidade e a coordenação de horários e a integração tarifária (bilhete único). Promover a melhoria do conforto das paragens e das estações de transporte coletivo e das estações intermodais. 
- **3.2.3** Promover a criação de entidades administrativas conjuntas para a gestão do transporte público nas euro-cidades da Euro-região. 
- **3.2.4** Integração da informação sobre a oferta de transporte público na Euro-região através das TIC.
- **3.2.5** Lançar o **transporte público ligeiro a pedido** para as zonas periurbanas e rurais.
- **3.2.6** Lançar o **bilhete pré-pago para táxis**. Táxis adaptados ao transporte de pessoas com necessidades particulares de mobilidade.

3.3 Promover a criação de redes de prestação de serviços públicos através de estruturas móveis.

- **3.3.1** Organizar uma **frota de veículos para o funcionamento do balcão móvel** dos serviços de apoio ao cidadão. 
- **3.3.2** Programa móvel de formação e empregabilidade específica para os desempregados de longa duração e os setores em risco de exclusão social. 

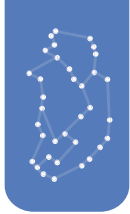
3.4 Promover unha rede eurorrexional de plataformas de transporte e de loxística, integrando o transporte ferroviario de mercaderías.

- **3.4.1** Mapeamento dos centros logísticos de transporte da Euro-região. Promover a definição dos corredores logísticos prioritários da Euro-região e a sua adaptação aos requisitos da rede TEN-T. 
- **3.4.2** Promover a criação de uma **rede de plataformas integradas de transporte e logística**, com um sistema intermodal de mobilidade à escala regional e internacional, através de portos multifuncionais competitivos e a sua conexão com o interland através de plataformas logísticas eficientes. 
- **3.4.3** Impulsionar a criação de uma entidade para promover e gerir a intermodalidade dos transportes da Euro-região.



PRIORIDADE ESTRATÉGICA IV:
AFIRMAR O ESPAÇO EUROREGIONAL





A singularidade do Eixo Atlântico, que converte o carácter transfronteiriço numa vantagem e a cooperação entre cidades numa oportunidade, vai depender da consolidação dum espaço euro-regional que intervenha como ator coletivo integrado por seis milhões de cidadãs e cidadãos em defesa dos seus interesses e em benefício do território e das gentes que o habitam. Deste jeito, é possível conseguir uma massa crítica suficientemente ampla para convertê-lo num ator com capacidade de influência na tomada de decisões. Este espaço euroregional é interpretado como poliédrico, mas tendo uma especial sensibilidade e atenção nos aspetos culturais, educativos e identitários que favoreçam a sua necessária internacionalização. Consequentemente, as estratégias de desenvolvimento e as atuações devem ser pensadas em rede.

LEGENDA

- Medidas e programas inseridos na esfera das competências da administração local.
- Medidas e programas inseridos na esfera das competências partilhadas com outras áreas da administração pública ou que não se integram na esfera das competências da administração local.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- | | | | |
|---|---|---|---|
|  | 1. FIM DA POBREZA |  | 10. REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES |
|  | 2. FOME ZERO |  | 11. CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS |
|  | 3. SAÚDE E BEM ESTAR |  | 12. PRODUÇÃO E CONSUMO RESPONSÁVEIS |
|  | 4. EDUCAÇÃO COM QUALIDADE |  | 13. AÇÃO PELO CLIMA |
|  | 5. IGUALDADE DE GÉNERO |  | 14. VIDA SUBMARINA |
|  | 6. ÁGUA LIMPA E SANEAMENTO |  | 15. VIDA DOS ECOSISTEMAS TERRESTRES |
|  | 7. ENERGIA ACESSÍVEL E NÃO POLUENTE |  | 16. PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES SÓLIDAS |
|  | 8. TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO |  | 17. ALIANÇAS PARA CONCRETIZAR OBJETIVOS |
|  | 9. INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS | | |

1

CIDADE HUB:
ÁREAS
URBANAS
FUNCIONAIS

1.1 Conceber um mapa dinâmico das áreas funcionais transfronteiriças, promovendo uma visão conjunta do território da Euro-região, a identificação de orientações comuns para o ordenamento do território e a definição de âmbitos prioritários para a constituição de áreas funcionais.



■ **1.1.1 Lançar o estudo base sobre as áreas funcionais da Euro-região, flexíveis na temática e nos limites geográficos.**



■ **1.1.2 Elaborar o mapa dinâmico das áreas funcionais da Euro-região, incluindo redes institucionais e empresariais.**



■ **1.1.3 Mapeamento da rede de equipamentos e de serviços de proximidade da Euro-região, com base ao nível de freguesia, bairro ou paróquia.**

1.2 Promover a existência de estruturas de redes e lobbies euroregionais.

■ **1.2.1 Promover a criação do conselho económico-social euroregional, com ampla representação da sociedade civil e que sirva como foro de coordenação das diversas estratégias locais.**

■ **1.2.2 Conceção e implantação de um Fórum Urbano da Euro-região para o conhecimento da realidade social, cultural, ambiental e económica dos municípios, o acompanhamento do plano de ação, assegurar a sua monitorização regular e promover a sua avaliação sistemática.**



■ **1.2.3 Criação de uma rede de gestores e de agências de energia da Euro-região.**



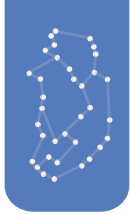
■ **1.2.4 Promover a organização de redes sociais de cooperação transfronteiriça. Promover e patrocinar a participação conjunta em projetos de cooperação internacional entre o Fundo Galego de Cooperação e Solidariedade e a Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento.**



■ **1.2.5 Promover a celebração de contratos-programa com as estruturas de cooperação transfronteiriça com mais de dez anos de atuação e com capacidade para captar fundos europeus já demonstrada. As ajudas deverão estar condicionadas a uma avaliação independente dos resultados e serão para cofinanciar as atuações.**





■ **1.2.6 Patrocinar a pertinência de redes europeias e internacionais com capacidade relevante de influencia e nas quais sejam tomadas decisões que afetem os municípios da Euro-região, favorecendo a capacitação para a sua liderança, com especial projeção para o espaço Ibero-americano. Promoção do Fórum do Eixo Atlântico global.**





2
POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO. MARKETING TERRITORIAL

2.1 Desenvolver a identidade de cada cidade, realçando as singularidades e as diferenças, promovendo a sua imagem através do marketing urbano, incorporando as imagens de produtos locais significativos e identificadores.

- **2.1.1** Inventário dos elementos identificadores e de perfil global das cidades da Euro-região. 
- **2.1.2** Definição de projetos com uma imagem conjunta, marca de produtos e empresas locais e marca de cidade, que permita melhorar a sua imagem, responsabilidade social cooperativa e o seu posicionamento externo. 
- **2.1.3** Definição de uma estratégia para interligar a Euro-região com os espaços existentes no exterior de outras administrações ou de associações da diáspora para apoiar a imagem comum ou individual das cidades. Promover a participação da sociedade civil na definição da ação exterior e do perfil global da Euro-região.
- **2.1.4** Impulsionar a **definição de clusters económicos estratégicos para a Euro-região.**



2.2 Implementar uma estratégia de especialização inteligente definida para o conjunto do sistema urbano e que permita adotar um marketing territorial acordado para poder gerar sinergias e complementaridades, reduzindo em paralelo as possibilidades de fenómenos de concorrência e de incrementar a competitividade de cada cidade e do seu conjunto.

- **2.2.1** Elaboração de um **plano de marketing territorial euroregional**, destacando os fatores diferenciadores de identidade e competitividade. 
- **2.2.2** Realização do **mapa de inovação e investigação conjunta da Euro-região** que desenvolva e confira especial atenção às opções estratégicas da RIS3 de ambos os territórios. 

2

POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO. MARKETING TERRITORIAL

2.3 Desenvolver os canais de informação que permitam um maior conhecimento das realidades locais no conjunto da Euro-região, estimulando os valores comuns que contribuem para a criação de uma opinião pública euroregional.

- **2.3.1** Promover a comunicação para o alinhamento social do projeto de cidade: **da visão ao relato estratégico**, a comunicação para o alinhamento social do projeto de cidade.. Promover o diagnóstico da ação exterior e o perfil global presente nos municípios do Eixo Atlântico e identificar um serviços responsável. Promover a imagem da Euro-região nos meios de comunicação social. 
- **2.3.2** Promover os conteúdos programáticos comuns ou equivalentes nos meios de comunicação públicos e nos espaços apoiados das áreas linguísticas da Euro-região. **Prémio para a imprensa sobre a Euro-região.** 
- **2.3.3** Implementação de mecanismos de acompanhamento e de avaliação da Agenda Urbana do Eixo Atlântico que estimulem a participação dos cidadãos.
- **2.3.4** Lançar um programa de mobilidade de criadores, estudantes, investigadores e de professores.



EIXO ATLÂNTICO
DO NOROESTE PENINSULAR

